



## Interpeção Escrita

O Conselho de Consumidores publicou, recentemente, o Balanço sobre os casos recebidos em 2013, no qual se refere que a maior percentagem das queixas diz respeito aos serviços de telecomunicações, com um total de 209 queixas. Este número é impressionante e permite-nos ficar a saber qual é a opinião dos residentes acerca dos serviços de telecomunicações. Nos últimos dois anos, as queixas contra estes serviços ocuparam os primeiros lugares do ranking das queixas, demonstrando bem a insatisfação dos residentes.

Com efeito, tenho recebido muitas queixas dos residentes sobre alguns problemas com os serviços de telecomunicações, por exemplo, a instabilidade da rede e as interrupções frequentes. Na maioria das queixas aponta-se o facto de a operadora ter o direito de exploração exclusiva da rede fixa de telecomunicações, e ainda os preços praticados, que ultrapassaram já os padrões internacionais sem que a qualidade tivesse passado do nível de aldeia, ou seja, mesmo muito má. Sabemos que vai aparecer uma nova operadora para os serviços da rede fixa, mas ainda nada não se viram notícias sobre o assunto. Mas a nova operadora vai sujeitar-se à actual operadora, uma vez que é esta que possui os activos da concessão do serviço público de telecomunicações, portanto, a concorrência não vai ser leal.

O mais importante é que a actual fiscalização aos serviços de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

telecomunicações por parte dos serviços competentes é apenas aparente, ou seja, mesmo que a operadora cometa erros muito graves, a consequência é apenas o pagamento de multas, mas como dispõe de boas condições financeiras, isso é o mesmo que tolerar as suas falhas. As operadoras que têm direitos de exploração exclusiva têm, muitas vezes, mais poder do que a entidade tutelar, que é o mesmo que o empregado ter mais poder do que o seu empregador.

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Entre 2012 e 2013, foram recebidas cerca de 400 queixas sobre os serviços de telecomunicações, e na maior parte delas aponta-se a operadora dos serviços da rede fixa, o que demonstra a insatisfação dos residentes. Assim sendo, a fiscalização das autoridades sobre a actividade das operadoras também não é eficaz, pois aquelas mais parecem um tigre sem dentes. Por isso, com vista a reforçar a fiscalização sobre o sector, o Governo deve definir penalidades mais severas. Vai fazê-lo? E de que medidas eficazes é que dispõe para proteger os direitos dos consumidores? Vai, por exemplo, rever as leis correspondentes?
2. O mercado das telecomunicações já está parcialmente aberto, todavia, passado quase um ano, a nova operadora para os serviços da rede fixa ainda não começou a operar, e os residentes continuam a não ter outra



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

alternativa que não a actual operadora exclusiva. O Governo da RAEM deve colaborar com a nova operadora, no sentido de definir uma calendarização para o início das suas operações, para que os residentes possam ter, quanto antes, direito a escolher a fornecedora dos serviços em causa. O Governo vai fazer isso?

3. A Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (CTM) continua a dispor do direito de controlo sobre a principal rede fixa de telecomunicações, o que limita as outras operadoras na prestação desses serviços. Mas a referida rede é um activo público que deve reverter a favor do Governo quando terminar o contrato de concessão exclusiva. Então, para assegurar a concorrência leal e reforçar a fiscalização sobre o uso deste recurso público, quando é que o Governo vai exigir a devolução daquele activo público?

4 de Abril de 2014

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

José Pereira Coutinho